



Brasília, 02 de dezembro de 2022.

NA RETA FINAL DO MANDATO BOLSONARO RASPA O CAIXA E AMEAÇA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

No apagar das luzes, Bolsonaro continua seu projeto de destruição da saúde e educação públicas, em especial das universidades e institutos federais. Faltando um mês para o término de seu mandato apresentou mais um corte do orçamento da educação, no valor de R\$ 1,68 bilhão, atingindo o montante de R\$ 344 milhões das universidades e R\$ 1,65 bilhão da saúde. Com mais esse bloqueio, o governo praticamente inviabiliza as finanças de todas as instituições de ensino superior. Cabe salientar que esse é o quinto corte praticado pelo Ministério da Economia. Dizem que o contingenciamento se deu para que o governo pudesse pagar R\$ 2,3 bilhões a mais da Previdência Social e por conta da suspensão da Medida Provisória que adiou para 2023 o repasse de R\$ 3,8 bilhões de ajuda para o setor cultural de acordo com a Lei Paulo Gustavo. Bolsonaro recorre à política que norteou o seu governo, a inversão de investimentos do Estado, ou seja, menos verbas para as políticas públicas e mais verbas para os órgãos de controle social e para os militares. Retirando a verba da saúde e educação, o governo tenta tapar o buraco do rombo financeiro que deixará para o futuro governo, além de agradar o setor militar, que é a sua base de sustentação. O presidente atual se dedicou, nesse último período de seu mandato, a se vingar de setores que contribuíram para sua derrota eleitoral, em especial no segundo turno. No nordeste cortou recursos de abastecimento de água para a população. Em Pernambuco, por exemplo, são 529 mil moradores de 105 cidades que estão aptos para receber água da operação caminhão pipa. Só na cidade de Ouricuri, são 19 mil pessoas atendidas, o maior número de beneficiários do estado. Em contrapartida, o governo federal adquirirá 98 veículos blindados, sendo o valor da compra, segundo o Exército, de R\$ 3,3 bilhões. O atual governo se elegeu sob a lógica da defesa do controle fiscal, afirmando que respeitaria o Teto de Gastos; porém, segundo pesquisa FGV os gastos do governo Bolsonaro estão acima do teto e somam R\$ 794,9 bilhões de 2019 a 2022. É necessária a imediata apuração do rombo orçamentário e dos desvios feitos pelo atual governo, uma vez que a farra de Bolsonaro e sua família ampliou, e muito, durante o período eleitoral. Ainda ocorrerão muitos ataques até o dia primeiro de janeiro, pois a derrota de Bolsonaro foi nas urnas, mas a sua política de direita ainda está bem viva. É importante salientar que, durante essa gestão do governo federal, em momento algum, houve uma reclamação do mercado ou da imprensa e, contraditoriamente, quando são apresentados os valores para garantir programas como o Bolsa Família, o aumento do salário mínimo e a recomposição salarial dos SPF pelo futuro governo, é instalada uma crise por parte dos atores citados acima. Para que se possa inverter essa lógica desenvolvida por Bolsonaro durante seu governo é necessário que Lula faça o revogação e debata, no Parlamento, o fim da PEC do Teto de Gastos, sob risco de que investimentos em políticas públicas como educação, saúde e políticas sociais não sejam cumpridos com esse falso controle econômico. A DN FASUBRA tem atuado, incessantemente, nesse período de transição de governo, e participou, em conjunto com as entidades que compõem o FONASEFE, de uma reunião com o coordenador da equipe de transição, Aloizio Mercadante. No dia 30/11 ocorreu outra reunião com o Grupo de Trabalho da educação, (veja o texto abaixo). Nas duas reuniões foram protocolados documentos cobrando a revogação da PEC do Teto de Gastos, dentre outros pontos. A DN FASUBRA entende que iniciou um processo para que, em 2023, tenhamos políticas para responder a esse novo momento de retomada do diálogo, construir a agenda e ser protagonistas do processo para que as pautas reivindicatórias sejam atendidas. **Para tanto, a plenária nacional de 08, 09 e 10 de dezembro tem que aprofundar a análise da conjuntura, apontando**



quais serão os desafios que a FASUBRA e suas entidades de base enfrentarão e suas perspectivas para que tenhamos êxito durante o governo Lula. Nesse sentido, orienta que as entidades de base façam o debate da conjuntura nas assembleias que antecedem a plenária, tragam propostas para serem avaliadas, atualizando a pauta específica de reivindicações e nossa tática de atuação para 2023. Atravessamos o período de resistência, agora é momento de avançar nas nossas pautas históricas!

FASUBRA ENTREGA DOCUMENTO AO GRUPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO DA EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO GOVERNO LULA

A Direção Nacional (DN) FASUBRA Sindical realizou nesta quarta feira (30/11) a reunião com o grupo de trabalho da equipe de transição da educação do governo Lula, no CCB (Centro Cultural Banco do Brasil), em Brasília/DF. Estavam presentes, representando a equipe de transição do governo, o professor Luiz Cláudio, ex-reitor da UFV, que coordenou a reunião, dentre outros que participaram de forma presencial e virtual. Participou, também, Alice Portugal, deputada federal do PCdoB. Na oportunidade, os representantes da DN FASUBRA entregaram o documento com a análise dos ataques realizados pelos governos Temer e Bolsonaro à educação, às Universidades Públicas nos últimos seis anos e a tentativa de desmonte do Estado, pelo atual governo. O documento, apresentado pelos dirigentes da Federação, faz o raio-X da situação das Instituições de Ensino e traz alguns pontos emergenciais a serem tratados pelo futuro governo. Cabe lembrar que essa reunião não foi para debater a pauta de reivindicações, mas para trazer elementos do desmonte da educação e do estado Brasileiro. Segundo o coordenador do Grupo de Trabalho da Educação do futuro governo, a FASUBRA é uma entidade importantíssima no debate da educação, o documento entregue na reunião será considerado e que no próximo período será aberta uma jornada de debates e a Federação tem um papel importante na reconstrução das universidades e da educação no nosso país. Para a DN FASUBRA, a reunião foi mais um passo para que possamos ter as nossas reivindicações atendidas. O próximo passo é garantir a posse do governo Lula e entregar a pauta específica dos técnico-administrativos, abrindo o caminho para uma mesa nacional de negociação permanente.

Veja os pontos emergenciais do documento apresentado pela DN FASUBRA:

1) Respeito à democracia nas instituições de ensino:

- Fim das Intervenções nas Instituições Federais de Ensino, com a nomeação do (a) mais votado(a)s pela comunidade acadêmica nas instituições, garantindo a autonomia universitária;
- Imediata recomposição orçamentária necessária para o pleno funcionamento das IFEs;

2) Valorização do trabalho técnico e administrativo em educação com a recomposição da carreira dos técnico-administrativos em educação; nomeação dos membros da comissão nacional de carreira:

- Revogação/Revisão das Instruções Normativas que atingem os técnico-administrativos e Decretos, como o 10620/21;
- Recomposição do quadro de técnico-administrativos, com a abertura, imediata, de concurso público;



➤ Manter a paridade entre os trabalhadores ativos e aposentados;

3) O imediato debate sobre o retorno da gestão dos Hospitais Universitários para o controle das Universidades, permitindo, assim, a plena democracia, expressa na autonomia universitária.

➤ Fim da EBSERH, com a revogação da Lei nº 12550/11 que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a partir da revisão do contrato com as universidades. A EBSERH é uma via direta de privatização da saúde, com destaque para os impactos no ensino, pesquisa e extensão dos hospitais universitários;

4) Criação de mesa permanente de negociação entre a FASUBRA e o MEC para debater a pauta específica dos técnico-administrativos das Instituições Públicas de Ensino.

Veja o documento, na íntegra, na página da FASUBRA.

OFÍCIO DAS ENTIDADES DO FONASEFE A EQUIPE DE TRANSIÇÃO

Ofício: FONASEFE – Equipe de Transição Nº1

Brasília, 25 de novembro de 2022

À sua Excelência, Sr. Geraldo Alckmin, Vice-Presidente da República eleito e Coordenador da Equipe de Transição constituída pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República do Brasil, de acordo com a Lei Nº10.609, de 20 de dezembro de 2002.

Compreendendo a complexidade de realizar a transição de um governo em que os atuais governantes, incluindo o atual Presidente da República, não demonstram sequer a postura republicana condizente com o cargo que ocupa, esperamos que o resultado dos trabalhos dessa equipe de transição cumpra os objetivos de fazer avançar os reais interesses da classe trabalhadora brasileira. Nesse sentido, por oportuno, vimos, através deste ofício, apresentar questões urgentes para Servidoras e Servidores Públicos Federais e, por extensão, igualmente urgentes para o conjunto de todo o serviço público brasileiro.

Nestes quatro anos de governo Bolsonaro, apesar de todos os legítimos e bem fundamentados esforços feitos pelo Movimento Sindical, não conseguimos qualquer diálogo com o atual governo. Neste governo, servidoras e servidores foram diuturnamente atacados em seus direitos e frequentemente expostos, de modo extremamente negativo, diante da opinião pública, para somente exemplificar o grau de deliberada crueldade do atual governo conosco, citaremos duas falas emblemáticas do Ministro da Economia Sr. Paulo Guedes.

A primeira, na fatídica reunião ministerial de 22 de abril de 2020 quando o Ministro Paulo Guedes afirmou que “nós já colocamos a granada no bolso do inimigo” referindo-se ao conjunto dos servidores públicos e, na segunda, a afirmação que foi reiteradamente feita para veículos de comunicação de que “o congelamento de salários dos servidores públicos fazia o governo economizar 150 bilhões anualmente”, associando diretamente a precarização dos serviços públicos a ideia de uma, supostamente intocável, sanidade fiscal do atual governo que, bem o sabemos, é falsa.



Essas afirmações mostram quão fomos sacrificados (as) nestes quatro anos de (des)governo Bolsonaro, nos quais vivemos uma situação em que algumas categorias do serviço público federal encontram-se com até 7 (sete) anos de congelamento salarial.

Diante dessa gravíssima situação, no dia 18 de dezembro de 2021 apresentamos formalmente ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, uma solicitação de reajuste *emergencial e de forma linear* para todas e todos os servidores públicos federais, reajuste este correspondente à inflação acumulada no seu governo, à época, 19,99%, sem abrir mão da discussão das perdas específicas de cada categoria.

Durante todo ano de 2022, sistemática e continuamente, solicitamos ao atual governo uma *mesa de negociação*, contudo em nenhum momento fomos atendidos, portanto, atravessamos os quatro anos do governo Bolsonaro enfrentando ataques e dificuldades econômicas ao passo em que nossos salários estiveram literalmente congelados e nossas reivindicações foram soberbamente ignoradas.

Acreditamos que nessa quadra histórica fomos as trabalhadoras e trabalhadores mais sacrificados, pois, além do congelamento salarial, sofremos diversos ataques diretos a nós direcionados pelo atual governo por meio de inúmeras *portarias, decretos, instruções normativas e outros instrumentos administrativos*. Tais medidas, é necessário registrar, nos atingiram em cheio e fragilizaram as condições de manutenção da qualidade do Serviço Público Federal justamente no momento em que a população brasileira mais necessitou dos mesmos, em virtude da sobreposição de uma crise econômica, alta inflacionária, desemprego alarmante e a maior crise de saúde pública da história recente, causada pela pandemia de COVID-19.

Vale lembrar também que foi no atual governo que fomos obrigados a fazer uma luta de resistência contra a PEC 32, popularmente conhecida como “Reforma Administrativa”, que se configura, na verdade, como uma Proposta de Emenda Constitucional que destruiria o serviço público brasileiro nos moldes de um Estado de Bem-Estar Social preconizado na Constituição Federal de 1988 e, colateralmente, destruiria as carreiras das atuais servidoras e servidores públicos.

Por tudo que aqui relatamos, solicitamos uma audiência, em caráter de urgência, com a *Comissão de Trabalho* da Equipe de Transição de Governo para apresentar e discutir três proposições:

1) Que não sejam definidos, neste final de ano, quaisquer iniciativas determinantes para o conjunto dos Serviços Públicos e para os Servidores e Servidoras Federais correspondente ao ano de 2024, pois, acreditamos que o novo governo restaurará as históricas relações de negociação entre as entidades sindicais representativas dos(as) Servidores(as) Públicos Federais e o Governo Federal, de modo que certamente teremos o ano de 2023 para fazermos toda e qualquer negociação referente ao ano de 2024;

2) Em função da grave situação que vivenciamos nesses quatro anos e da possibilidade de que na LOA 2023 o Programa Bolsa Família será excetuado do limite imposto pelo Teto dos Gastos, permitindo assim que tenhamos 105 bilhões de reais na LOA/2023 que podem ser remanejados, e sabedores que o senador Marcelo Castro, relator da LOA/2023, distribuirá esse valor de acordo com as propostas apresentadas pela equipe de transição, solicitamos que sejam acrescidos recursos suficientes aos já existentes R\$ 11,4 bilhões para reajuste linear e emergencial dos Servidores(as) Públicos(as) Federais, que distribuídos em reajuste espaçados durante o ano de 2023 possam garantir um reajuste igual à inflação acumulada durante o governo Bolsonaro, estimada hoje em 27%. Para tanto, expressamos desde já nossa disposição



em negociar as melhores condições para o atendimento desse pleito, enfatizando o caráter emergencial do índice demandado, que não recompõe todas as perdas específicas das diversas categorias, as quais serão discutidas a partir de 2023;

3) Que sejam alocados recursos suficientes para recompor, além dos salários e sem se sobrepor a estes, os benefícios, tais como auxílio-alimentação, auxílio-saúde e auxílio-creche, entre outros, conforme autorizado (ou não vedado) na LDO/2023, haja visto que também estão estes valores congelados por vários anos.

Certos de que seremos recebidos pela Comissão de Trabalho da Equipe de Transição para discutirmos essas justas e necessárias demandas, parabenizamos a todas e todos pela histórica vitória nas eleições presidenciais de 2022.

Atenciosa e respeitosamente,

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA - 08, 09 E 10 DE DEZEMBRO - EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Frente ao novo cenário político no país, após a eleição geral com mudanças na Presidência e no Congresso Nacional, é necessário avaliar o rumo da nossa luta e a tática de atuação no primeiro ano de governo Lula/Alckmin. Diante deste quadro, a DN FASUBRA, em reunião virtual do pleno no dia 10/11/2022, reafirmou a posição da convocação da plenária geral nacional, de forma presencial, para os dias 08, 09 e 10 de dezembro de 2022, em Brasília-DF. Sendo assim, a DN FASUBRA orienta as entidades de base a realizarem suas assembleias de escolha de delegados e delegadas, e o envio da respectiva documentação para credenciamento, até o dia 02/12/2022. Orienta, também, devido ao aumento da contaminação da pandemia da Covid-19 que as entidades sigam todas as orientações da OMS, como o uso de máscaras, mantenham o distanciamento social e façam o teste para Covid. A DN FASUBRA orienta, ainda, que as entidades solicitem aos delegados o passaporte vacinal com, no mínimo, 3 doses da vacina e que façam o teste da Covid-19 antes do embarque. **É importante salientar que cada entidade deve observar a situação da saúde de cada delegado ou delegada indicados em assembleia para que não haja risco para a plenária e nem para os mesmos. As entidades de base também são responsáveis para que, juntos, realizemos a plenária sem nenhum delegado ou delegada que possa estar infectado pela Covid-19.**





Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

- **ATENÇÃO: O prazo para envio da documentação das AGs é dia 02/12.**

LOCAL - ABERTURA: DIA 08/11, às 14h no Auditório NEREU RAMOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS;

DIAS 09 e 10 - UNB Auditório da ADUNB

PAUTA:

- Informes da Direção;
- Conjuntura nacional e internacional;
- CONFASUBRA;
- Apreciação dos pareceres do Conselho Fiscal referentes aos anos 2020 e 2021;
- Encaminhamentos e calendário;
- Outros.

CALENDÁRIO	
DEZEMBRO	
06 e 07	Reunião Direção Nacional da FASUBRA
05 a 09	Jornada de lutas em Brasília - FONASEFE
08, 09 e 10	Plenária Nacional da FASUBRA
12	Diplomação do presidente Lula em Brasília